

Iniciativa Grandes Obras na Amazônia – Aprendizados e Diretrizes

GT Agendas de Desenvolvimento Territorial

Relato – Seminário de consulta¹

Altamira, 17 de maio de 2016

Quando se fala em Agendas de Desenvolvimento Territorial (ADT), no contexto de grandes obras, o que se cogita é uma visão norteadora de vocações e expectativas pactuadas que possibilite amenizar impactos em função de planejamento e, ao mesmo tempo, aproveitar melhor oportunidades econômicas na direção do desenvolvimento local de longo prazo. Parte-se do pressuposto que uma sociedade organizada, em torno de pautas e objetivos compartilhados, tende a estar mais fortalecida para intervir e influenciar decisões no processo de instalação do empreendimento.

Isto é: ao menos em teoria. A sensibilidade do debate em torno de ADT em Altamira, uma região que já atravessou boa parte dessa trajetória, guarda relação com uma percepção geral de que a **organização social** que vinha ocorrendo previamente à instalação da usina não teria sido suficiente para fazer valer o protagonismo local na tomada de decisões, sobre o empreendimento e sobre o território. Lembrou-se que o projeto de Belo Monte tem mais de 40 anos, período durante o qual diversas alterações foram negociadas, graças à resistência das sociedades locais e indígenas. Relatou-se que houve movimentos articulados em torno de planos de desenvolvimento, anteriores à construção da usina, mas que foram desconsiderados tão logo as obras tiveram início. “Nós podemos falar, mas quem vai nos ouvir?”, resumiu um dos presentes.

¹ O GVces e a IFC, com o apoio da Universidade Federal do Pará – UFPA, promoveram encontro de instituições e lideranças sociais em Altamira (PA), durante os dias 17 e 18 de maio, com o objetivo de debater sobre os seguintes temas, no contexto da Usina Belo Monte: Agendas de Desenvolvimento Territorial, Capacidades Institucionais e Ordenamento Territorial.

Algumas hipóteses para um fortalecimento mais efetivo das pautas locais giraram em torno de **integração com o licenciamento ambiental**: desde participação direta na confecção dos estudos de impacto (EIA/Rima) até o desejo de que o planejamento territorial fosse maior que o empreendimento e o processo que o licencia, possibilitando, inclusive, impedir a obra. Houve quem apontasse que a coesão social na região não era absoluta e que movimentos apresentavam intenções diversas em relação ao futuro da região, com ou sem empreendimento. O exemplo mais recorrente foi a organização de empresários favoráveis a Belo Monte no período que antecedeu o leilão, o Forte Xingu, e que encabeçou a demanda local por R\$500 milhões oriundos da empresa ganhadora a serem destinados ao **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX)**, conforme previsto no Edital do Leilão de Concessão da UHE Belo Monte.

O PDRSX é uma experiência oportuna para o que a iniciativa *Grandes Obras na Amazônia – Aprendizados e Diretrizes* procura desenvolver em torno de parâmetros para ADT. O plano foi formulado por um grupo de trabalho intergovernamental² e a governança contempla diversos segmentos da sociedade civil em 12 municípios, assim como prefeituras e os governos estadual e federal. Organizado em câmaras técnicas temáticas, que orientam a tomada de decisão de um comitê gestor, o PDRSX financia projetos dedicados ao desenvolvimento da região, em diversas áreas.

Embora alguns participantes tenham realçado os méritos de paritarismo democrático e presença institucional na região, as críticas ao longo do debate giraram principalmente em torno de planejamento integrado. Entende-se que o PDRSX teria se orientado por **projetos pulverizados** e menos por uma visão estratégica transversal, fundada em metas e no monitoramento dos impactos positivos esperados. Houve críticas também

² Decreto Federal s/n de 19 de novembro de 2009.

em relação aos **procedimentos burocráticos**, que teriam penalizado grupos e instituições menos capacitados ou capitalizados.

Para parte dos movimentos sociais locais, o PDRSX foi entendido como uma manobra para desmobilizar a militância de oposição à Belo Monte, o que levou alguns a não participarem, assim como o próprio Forte Xingu, que acabou afastando-se do espaço em razão de outras discordâncias. Como direcionamento para futuras experiências similares, foi sugerido refletir-se sobre como criar **alternativas de participação mesmo na dissidência**, de modo a contemplar a maior diversidade possível de posições.

O ensejo do debate sobre ADT também levou o grupo a refletir sobre a relação do PDRSX com Belo Monte, o papel que lhe caberia frente às ações socioambientais ensejadas pelo licenciamento e à intersecção com o escopo mais amplo do desenvolvimento local. Entende-se que o PDRSX não se propôs originalmente a acompanhar e monitorar Belo Monte, mas, para alguns, uma visão de desenvolvimento que incluísse estrategicamente o empreendimento, bem como suas condicionantes e compensações, teria sido mais proveitosa, tanto no planejamento referente aos impactos, quanto às oportunidades que os investimentos de mitigação representassem. Para tanto, constata-se como um gargalo fundamental a **produção de informação** de interesse público e estratégico para a tomada de decisão, haja vista a **natureza altamente dinâmica** do processo de instalação de uma grande obra, durante o qual demandas e capacidades de resposta se intensificam ou se fragilizam constantemente.

Como pautas prioritárias para futuras iniciativas de ADT, o grupo ressaltou ordenamento territorial, mapeamento e fomento de vocações e cadeias produtivas locais, fortalecimento institucional e tecnologia e inovação. Houve um destaque também para a **integração da agenda com políticas públicas**, especialmente no contexto de um grande empreendimento em

que, segundo algumas falas, perde-se sensivelmente a interlocução com agentes públicos na medida em que a empresa passa a assumir e concentrar ações que seriam do interesse de toda a sociedade.

QUEM PARTICIPOU

Participaram da reunião representantes das seguintes instituições: Casa de Governo, Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP), Universidade Federal do Pará (UFPA), Sindicato Rural de Altamira (SIRALTA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Associação Comercial Industrial Agro-Pastoril de Altamira (ACIAPA), Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS), Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu, Prefeitura Municipal de Anapu, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Norte Energia, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (SINTEPP), além da equipe do GVCES e IFC.

Sobre a iniciativa

O Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces) e a International Finance Corporation (IFC) partem da convicção de que é possível aprimorar a trajetória de instalação e operação grandes empreendimentos na Amazônia. Com base em um amplo diálogo, no qual já se engajaram mais de 50 organizações, de diversos setores, a iniciativa busca consolidar aprendizados e propor diretrizes orientadas pela promoção do desenvolvimento local.

O processo organiza-se em grupos de trabalho temáticos: Agendas de Desenvolvimento Territorial; Instrumentos de Financiamento; Grupos Vulneráveis e Direitos Humanos (foco em Crianças, Adolescentes e Mulheres; e em Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e Quilombolas); Capacidades Institucionais e Articulação das Políticas Públicas; e Ordenamento Territorial e Biodiversidade.

Os grupos vêm produzindo documentos com subsídios para as discussões e para a realização de oficinas temáticas. O acúmulo desses apontamentos será debatido em seminários específicos e fóruns, que devem resultar em um conjunto de orientações com alto grau de aplicabilidade. A contínua articulação institucional e promoção de diálogo almejam que todo o processo possa inspirar aprimoramento das práticas empresariais, bem como das políticas públicas, e fortalecer o debate pela sociedade civil.

Quer participar?

Entre em contato:

Graziela.azevedo@fgv.br

(11) 3799-3502

Saiba mais:

www.gvces.com.br/grandes-obras-na-amazonia